

Turismo: desempenho pior em 83

por Daniela Chiaretti



Luiz Gonzaga de Luca

A indústria turística continua-se ressentindo do fraco desempenho da economia. Os dados dos primeiros meses deste ano não são muito animadores. De um lado, os 1.528 hotéis classificados pela Embratur, encontram-se às voltas com uma queda entre 10% e 20% em seus índices de ocupação. Em outra ponta, os agentes de viagens revelam um decréscimo ainda mais acentuado em seus negócios: não estão conseguindo obter nem a metade do movimento de 1982.

No entender de Ricardo A. Roman, delegado da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis no Guarujá (SP), um dos participantes do grupo que analisou os setores de turismo e entretenimento no II Colóquio Multi-setorial, o quadro reflete uma grave situação. Ele lembra que o fraco desempenho dos estabelecimentos turísticos nestes seis primeiros meses toma por base os resultados do ano passado. E em 1982 já se observou uma queda de 10% nos índices médios de ocupação dos hotéis em relação ao exercício anterior.

O decréscimo da demanda é motivado principalmente pela perda do poder aquisitivo do viajante. Isto explica, por exemplo, a queda entre 20% e 30% sentida pelos estabelecimentos localizados em pólos eminentemente turísticos. Ou, ainda, a mudança no perfil do consumidor, que começa a optar por hotéis mais econômicos.

De fato, a maior retração do mercado, segundo a ABIH, é sentida nos hotéis de cinco estrelas. Estes estabelecimentos tinham, em 1981, 75% de seu movimento gerado por homens de negócios. A queda em suas taxas de ocupação evidencia a preocupação dos empresários em conter custos.

A rentabilidade também caiu nestes seis meses. Os preços das diárias passaram a ser controlados pelo CIP, que permitiu reajustes até 80% da variação das ORTNs, efetuados pela maioria dos hotéis. Mas, na prática, estas tarifas plenas não vigoram. Existem convênios com agências de viagens e outras empresas, por exemplo, que projetam descontos de até 40% dos preços de lista. Isto, no entanto, não serviu para motivar a demanda.

Os custos operacionais, por outro lado, cresceram sensivelmente. Além do aumento nas tarifas de água, energia elétrica e telefone, nota-se a crescente participação da folha de pagamentos nas despesas hoteleiras. Após a semestralidade salarial, estas despesas passaram a tomar, em alguns casos, 35% do faturamento, bruto dos hotéis.

Nestes seis primeiros meses, o nível do desemprego também subiu. Hotéis em praças eminentemente turísticas já demitiram 40% de seu quadro de funcionários. E não há, segundo a ABIH, nenhuma perspectiva de melhora no curso deste ano.

O mesmo prevê a Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV). A entidade calcula, para este ano, uma queda média em torno de 60% no movimento turístico efetuado pelas agências, tanto doméstico como para fora do País.

Os turistas, segundo Modesto Mastroiosa, presidente da ABAV de São Paulo, têm preferido comprar as passagens diretamente nas companhias, o que explica os dados de queda da entidade não coincidirem com os das empresas aéreas. A agravar a perda substancial no volume de negócios — a venda de passagens representa uma importante fonte de renda para as agências — está a ativa participação dos conglomerados bancários no setor que, em menos de três anos, já possuem cerca de 15% do total da venda de passagens áreas internacionais efetuadas através de agências.

A perda do poder aquisitivo do viajante limita o fluxo do turismo doméstico e externo, observa a professora Bólia Lerner Hamburger, da FGV, que orientou os de-

bates do grupo setorial. E o declínio nas viagens para fora do País veio acentuar-se este ano com a maxidesvalorização de fevereiro; lembra Mastroiosa. A ociosidade das agências de viagens também cresceu. No Brasil existem atualmente, cerca de 1.800 agências, mas, efetivamente, apenas 400 ou 500 estão em plena atividade.

As atividades ligadas ao lazer são geralmente as mais prejudicadas em épocas de dificuldades econômicas. Mas se, de um lado, o fraco desempenho dos hotéis e agências de viagens confirma a premissa, o setor cinematográfico começa a questioná-la. De fato, Luiz Gonzaga De Luca, superintendente de comercialização da Embrafilme, afirma terem ocorrido este ano um acréscimo médio de 32% no fluxo do público aos cinemas e um aumento de cerca de 30% no volume da arrecadação.

E certo, porém, que a resolução de maio do Conselho Nacional de Cinema — Concine —, estabelecendo novos critérios para a cobrança de ingressos (estendendo a meia-entrada para a população em geral, em determinados horários), tem grande responsabilidade sobre esta melhora no setor, que, nas projeções de Gonzaga De Luca, deve-se prolongar até o final do ano.

A previsão vem alterar as dificuldades que o setor vinha passando desde 1978. Há cinco anos, por exemplo, existiam quase 3 mil salas de exibição no País. No ano passado, o número não chegava a 2 mil. O mesmo decréscimo ocorreu no volume de ingressos vendidos: de 191 milhões em 1979 para 128 milhões no ano passado.

A recuperação do mercado, acredita o representante da Embrafilme, deverá continuar durante todo este ano. O Concine estuda nova prorrogação dos horários de meia-entrada, frente aos bons resultados já obtidos. E, ainda, as distribuidoras e produtoras de filmes nacionais esperam um adicional significativo em sua arrecadação, devido à sua provável entrada no mercado de videocassetes. As produtoras de filmes nacionais vislumbram, além disso, uma melhoria em virtude das vendas de seus produtos para a televisão e mercados externos.